

O MÉRITO DAS MEMÓRIAS PARA O RECONHECIMENTO DO AQUEDUTO DO HORTO FLORESTAL COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO DA BAHIA

Maíra Cavalcanti Coelho ¹

Maísa Cavalcanti Coelho ²

Leonardo Diego Lins ³

INTRODUÇÃO

A imersão na Ecologia traz consigo a dimensão plural para compreender o conhecimento de muitas áreas e campos de investigação, podendo ser estudada para delinear soluções a partir do desenvolvimento da ciência que desperta a consciência coletiva, pois até mesmo as experiências individuais são codificadas, processadas e transmitidas de forma aglutinadora para compor uma identidade social.

A sustentabilidade ecológica, principalmente em seu aspecto cultural, necessita ser refletida pelo homem a partir da múltipla compreensão que atravessa os conceitos de história, memória e patrimônio. É forçosa a ligação entre memória e patrimônio histórico segundo a qual os bens culturais podem constituir relevantes substratos reminiscentes para a comunidade que vivencia o contexto de determinado local onde está inserido um bem. Nessa concepção, a referência dada à memória é importante para se discutir acerca do significado, do sentido e do reconhecimento da identidade por meio do patrimônio cultural.

O destaque arquitetônico e paisagístico do Aqueduto do Horto Florestal desperta para o estudo sobre sua história e preservação, tomando como pressuposto a memória desenhada desde o século XIX, quando a obra foi implantada no município de Juazeiro, Bahia inspirada nas construções romanas, inclusive em relação à sua funcionalidade.

O aqueduto encontra-se no Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, localizado no bairro São Geraldo, no município de Juazeiro-BA, extremo norte do estado, lugar conhecido antigamente como Horto Florestal, na época sede da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco – FAMESF.

O tema (Res)significando o Aqueduto do Horto Florestal traz para discussão nos espaços acadêmicos a relevância desse monumento no sentido de buscar o significado da obra para a população de Juazeiro, visando compreender qual a excepcionalidade, funcionalidade e valor desse patrimônio cultural que se encontra inventariado e tombado provisoriamente pelo Estado (IPAC) – processo para tombamento (nº 0607080016591) iniciado em 16 de julho de 2008. Suscita-se, ainda, identificar a percepção dos usuários e beneficiários do aqueduto no que se refere à sua preservação e manutenção.

Através da proposta de tombamento, é preciso estudar o objetivo dessa proteção enquanto bem não econômico, que vai além do interesse do Ente Federado, denotando o valor

¹ Mestranda do Curso de Ecologia Humana da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, mairaccoelho@gmail.com;

² Doutoranda do Curso de Química da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, maisaccoelho@gmail.com;

³ Professor orientador: doutor em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, leodlins@hotmail.com;

simbólico que representa interesse geral e outros estigmas que transcendem a coisa propriamente dita.

(Res)significar o aqueduto na perspectiva da Ecologia Humana e Gestão Socioambiental desafia indivíduos que se percebam, antes de tudo, sujeitos, autores, personagens da história, ou seja, tornem-se elementos das próprias relações e do próprio meio, conduzindo o processo de representatividade e se mesclando enquanto ator social. É um estudo importante, mormente tendo em vista a produção de conhecimento histórico-cultural agregado a saberes e acepções locais.

A temática implica construir e ensinar símbolos por meio do pensamento ecológico de uma base científica hábil para congregar informações e as traduzir formulando teorias, diagnósticos e soluções de berço, pois a “(...) tecnologia ecológica deve ser desenvolvida a partir de pesquisas básicas, realizadas no local de origem dos problemas” (Idem, p. 148).

O portal interativo de notícias na área de comunicação na região do São Francisco, Preto no Branco, em publicação datada de 10 de agosto de 2018, intitula como manchete “O invisível Aqueduto da Capital da Irrigação”, expondo o abandono e as escassas informações sobre o bem, ainda que reconhecida sua importância histórica, econômica e cultural.

Seria displicente abordar o tombamento do Aqueduto reduzindo-lhe às disposições do Decreto-lei 25/1937 e da Constituição Federal de 1988. Essa modalidade de preservação é motivada pela comprovação fática do valor cultural atribuído bem, cujo conteúdo não precisa necessariamente constar nas normas legais, basta haver legitimidade e reconhecimento de sua expressão, seja ela histórica, artística, etnográfica, arquitetônica, bibliográfica ou arqueológica.

A existência de procedimento administrativo ou judicial, bem como os atributos técnicos e de grandeza física e estrutural ressaltados em vistorias e relatórios, por si só, não denotam ao Aqueduto a real moldura em que está inserido.

Por isso, é salutar a (re)interpretação do aqueduto a partir do enquadramento da memória vinculada ao patrimônio, aproveitando as fontes subjetivas para produzir releituras que possam firmar a perspectiva cultural.

O tombamento não isentará a devastação do bem, não impedirá sua ruína, pelo que se faz imperioso a subsistência de políticas públicas com fins de preservação e educação patrimonial, em paralelo à autoafirmação e aos interesses dos grupos locais, acendendo uma conjectura de consciência e compromisso social no povo baiano.

Além do mais, reportando-se ao tombamento, o desenvolvimento do presente trabalho justifica-se para compor a instrução processual e subsidiar a avaliação realizada pelo Conselho Consultivo, cuja deliberação fundamenta-se nos estudos apresentados aos respectivos agentes honoríficos, que analisam o efetivo valor cultural do bem. A matéria produzida cientificamente é eficaz para firmar a dinâmica da identidade, como lecionado abaixo:

(...) o valor de um bem transcende em muito o seu valor histórico comprovado ou reconhecido oficialmente, ou as suas possíveis qualidades artísticas. É compreender que este bem é parte de um conjunto maior de bens e valores que envolvem processos múltiplos e diferenciados de apropriação, recriação e representação construídos e reconhecidos culturalmente e, aí sim, histórica e cotidianamente, portanto anterior à própria concepção e produção daquele bem (AGUIAR apud RABELLO, 2009, p. 91).

Isto é, a busca da significação da obra contribuirá para o tombamento definitivo do Aqueduto do Horto Florestal, motivando a homologação do ato a partir de desígnios qualitativos e da história da qual é testemunho.

Para tanto, descrevemos a importância de utilizar a memória como instrumento a conduzir a identidade de um povo, e, neste caso, ao reconhecimento do aqueduto como

patrimônio histórico do estado da Bahia, evidenciando seu valor cultural, suas funções hodiernas e a excepcionalidade da obra.

(Res)significando o Aqueduto do Horto Florestal

É importante destacar o papel das emoções na manutenção da identidade de um grupo e preservação dos bens nele envolvidos, uma vez que a memória afetiva é fator construtivo de patrimônio material e imaterial. Daí a relevância de se refletir sobre o modo como está sendo mantido o Aqueduto do Horto Florestal e até que ponto a obra é notória para a memória coletiva. Afinal, determinado monumento pode ser reconhecido como patrimônio em razão de seu valor histórico, arquitetônico ou, até mesmo, da intangibilidade projetada por meio das reminiscências.

Notamos que não podemos nos distanciar dos parâmetros fenomenológicos ao estudar as essências da percepção e da consciência para convertê-las em existência. Isso porque, “A fenomenologia é o *estudo das essências*, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. (...) É o ensaio de uma *descrição direta de nossa experiência tal como ela é* (...)” (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

Enquadrar o Aqueduto como patrimônio reforça o pressuposto da Filosofia Transcendental de Husserl sob o olhar de Galeffi (2000, p. 29): “(...) uma abertura de possibilidades que se apresenta apropriada ao conhecimento humano, na perspectiva da sua formatividade e pela superação de suas *realidades já configuradas*”.

O caso é que a fenomenologia é um método para o próprio esclarecimento do ser humano na história. E isto significa que ela, além de ter que levar em conta o já instituído de forma ampla e criteriosa, deve também saber investigar as condições de possibilidade do ser que, independente das vontades alheias, permanece sendo o instituinte de todo o vir-a-ser, isto é, o sentido e a finalidade permanentemente presentes na própria ausência de acabamento do ser-do-homem-no-mundo.

No mais, somos testemunhas de que refletir acerca da preservação, tanto do Aqueduto, como de qualquer bem, não implica somente conservar, registrar estruturas históricas, mais que isso, significa interferir em um conjunto de relações vivenciadas por grupos e comunidades, de forma concreta e/ou imediata.

Nas lições de Le Goff (1990), converter a oralidade em escrita é primordial não só para a memória, mas também para a história, afinal, elas coexistem e uma etapa não pode anular a outra, constituem-se, na verdade, elementos paralelos. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (p. 423).

As reminiscências do Prof. José Osmã Teles em entrevista à *Tv Caatinga*, demonstram o quanto a memória transforma-se em uma manifestação atual. O professor narra a história do Aqueduto do Horto Florestal desde a doação do terreno e instalação do Horto Florestal, cuja finalidade era fomentar a agricultura irrigada. A construção foi concluída em 1906 e se tratava de uma da espécie de tecnologia mais avançada da época. Como não havia energia elétrica, a captação de água era realizada por uma motobomba movida a vapor. A partir da oferta do Curso de Agronomia, a área foi disponibilizada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia para o funcionamento da graduação. Para o docente, a edificação foi responsável por viabilizar o curso de Agronomia, tendo uma história importante no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura irrigada da região.

Diegues Jr. (1960, p. 18) apud Diegues (1998) vem reforçar a ideia de que se formar comunidades ao redor das atividades subsistentes complementa o equilíbrio das relações naturais e humanas, de modo que o homem adapta-se ao meio conforme se dá a colonização.

Destarte, “(...) a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas” (DIEGUES, 1998, p. 21). Se o intuito do tombamento é preservar as memórias do aqueduto, é preciso ainda assimilar a existência e a forma de sobrevivência da comunidade, visualizando a necessidade vital de sua manutenção, especialmente no que diz respeito ao abastecimento diário de água propiciado pelo canal.

Já dizia Paul Ricoer (1955, p. 24-55) na *Histoire et Vérité* apud Jacques Le Goff (1990, p. 33):

Esperamos da história uma certa objetividade, a objetividade que lhe compete; a maneira como a história nasce e renasce, no-lo demonstra; ela procede sempre pela retificação das sistematizações oficiais e pragmáticas do seu passado, operadas pelas sociedades tradicionais. Esta retificação tem o mesmo espírito que a das ciências físicas no confronto das suas primeiras sistematizações com a aparência da percepção e com as cosmologias que ainda lhe são tributárias.

“O mesmo acontece com a memória. Tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49).

Para Halbwachs (1990), numa obra carregada de intenções literárias, “(...) é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para o ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória” (p. 9-10). Trata-se de compreender a análise causal, a síntese das comunidades e dos significados, independentemente de pensamento ontológico, deduzindo-se experiências irreduzíveis. A filosofia do autor começou a divagar efeitos da Revolução Einsteiniana, evocando o depoimento numa perspectiva vivida em grupo afetivo. A memória individual é uma realidade que necessita sincronizar-se à existência social atual de lembranças e experiências coletivas. A sucessão, portanto, de eventos singulares, resulta em múltiplas direções.

As concepções acerca das memórias e o sentido de pertencimento ao coletivo também serão conduzidas por Nora (2012) e Pollak (1989, 1992). “Assim como uma “memória enquadrada”, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada” (POLLAK, 1989, p. 11).

No ponto de vista de Ávila-Pires (1983), a organização e as normas sociais baseiam-se em símbolos e convenções, de modo que, antropologicamente, a acepção de cultura pode adquirir caráter abstrato ou substantivo. A abstração reporta-se a conquistas intelectuais, normas de conduta, instituições sociais e sistemas econômicos de uma coletividade. Já a substantivação vincula-se a um ângulo material dessas conquistas (artefatos, construções, edifícios e estilos), capazes de discernir um grupo humano em uma fase evolutiva. O autor vislumbra, por exemplo, a transmissão de experiência como legado: “Na transmissão, ocorrem modificações, introduzidas tanto por quem transmite como por quem recebe e quem interpreta a informação de acordo com suas experiências prévias e seu patrimônio cultural próprio” (p. 43).

O autor conclui que alguns temas controversos demandam um trabalho conjunto e multidisciplinar para reduzir os impactos, tendo em vista que a harmonia em bases reais e operacionais exige a cooperação de diversos profissionais. Tal pensamento é subscrito por Rabello (2009, p. 53):

A questão da preservação, a cada dia, vem se tornando mais complexa, envolvendo estudos especializados e reflexão da qual participam técnicos de várias áreas. Tradicionalmente, poder-se-ia conceber que o valor cultural de um prédio, em que estivesse em discussão seu aspecto artístico, envolvesse tão somente profissionais da área da arquitetura. Hoje, esta visão restrita do bem cultural acha-se

ultrapassada, uma vez que os aspectos de arquitetura, da arte, da história, e de outras áreas de conhecimento especializado, de fato, e para fins de preservação, devem refletir a questão maior, que é a da cultura nacional. Por esta razão é que o trabalho de conceituação do que seja patrimônio cultural exige a participação integrada de outros técnicos, mormente das áreas relacionadas ao estudo do conhecimento epistemológico e filosófico, bem como de áreas de estudo da cultura das sociedades, como a antropologia, a história, e demais ciências sociais. Se o fundamental não é a coisa em si, e sim o seu valor simbólico, é importante detectar não só a questão objetiva da arquitetura de um prédio, por exemplo, mas sua inserção como valor cultural para determinado grupo social.

Destarte, como finaliza Guattari (1990, p. 25), “Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar transversalmente as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referências sociais e individuais”.

A preservação deve proporcionar a cada indivíduo o sentido de pertencimento, de representação de contribuição, ampliando-se as concepções sem impor política cultural e histórica, sem excluir as percepções, pois as lembranças coletivas modelam a forma de conservação ao mesmo tempo que desmistificam uma visão uníssona, transformando conhecimento e memórias em patrimônio.

Fontes remissivas de conhecimento

Procuramos interpretar a realidade através da observação, de um contexto cuja fonte de informação é a vida real, um tratado que nos convence por meio da experimentação empírica, analisando-se a comunidade e o local os quais estão instalados o aqueduto.

Contemplamos uma espécie de dinâmica junto ao nosso objeto de estudo – o Aqueduto do Horto Florestal, utilizando-se os fenômenos, fatos e significados sociais decifrados a partir do tempo e do ambiente real, transversos à nossa participação, compreensão e interpretação do espaço, os sentidos que a ele atribuímos, já que somos parte dos segmentos acadêmicos do *Campus III* da UNEB, de modo que, “(...) as respostas dadas tão carregadas de valores, que só um participante do sistema social estudado, que vive e conhece a realidade daquele grupo, pode compreendê-los e interpretá-los” (MICHEL, 2009, p. 37). Estudar o homem e seu contexto social requer “(...) instrumentos que possibilitem coletar dados da vida real, das experiências e vivências do dia a dia para verificar, testar e confirmar como a teoria estudada se aplica à realidade” (Idem, p. 42).

Partimos do ideal fenomenológico, em que o olhar empírico narra situações do cotidiano no espaço do aqueduto, as características dos grupos que possuem contato direto ou indireto com a obra e lhes estampamos as impressões.

Para conferir a valoração dada ao aqueduto no conjunto das relações sociais e simbólicas dos indivíduos que fazem parte do loco (interacionismo), entabulamos os caminhos da fenomenologia, precipuamente com destaque para a influência contemporânea de Edmund Husserl (1859-1938) e a noção de que “(...) a interpretação do mundo que surge intencionalmente à nossa consciência. Por isso, na pesquisa, eleva o ator, com suas percepções dos fenômenos, sobre o observador positivista” (TRIVIÑOS, 1987, p. 47).

Esse estudo exploratório captou a apreensão dos sentidos, revelando-se as percepções sobre a importância do Aqueduto do Horto Florestal para a memória do Estado da Bahia e, conseqüentemente, para o seu tombamento, sendo valioso um eixo de aprofundamento do instituto, cujos aspectos legais são complementados com os argumentos fenomenológicos, pois “ (...) a tarefa da fenomenologia, ou antes, o campo das suas tarefas e investigações, não é uma coisa tão trivial como se apenas houvesse que olhar, simplesmente abrir os olhos” (HUSSLERL apud GALEFFI, 2000, p. 23).

Imagens fotográficas antigas e atuais da obra, entrevistas, documentos de arquivos pessoais e institucionais, e, especialmente, lastreados nas reminiscências constituem, portanto, ferramentas importantes, observando-se e se registrando as relações, conexões e interferências extraídas do ambiente explorado, que permitem elencar instrumentos legais para adequação do aqueduto como patrimônio histórico e cultural, ratificando a importância da memória para o reconhecimento e identidade de um patrimônio, conhecendo-se a identidade social que o aqueduto impele e, por fim, compartimentando o seu valor cultural, sua utilidade e funções hodiernas, sendo assim considerada uma construção denominada “excepcional” e atrativa.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente trabalho compreendeu um estudo teórico-exploratório com o objetivo de garimpar informações e subsídios acerca do Aqueduto do Horto Florestal existente no Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais – DTCS, *Campus III*, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Foi empregada a ciência dos sentidos para estudar a percepção do aqueduto pela população, construindo paralelamente estratégias de preservação da obra e contribuindo para a conscientização da comunidade ao redor dela.

O método fenomenológico foi a base principal do estudo, com vistas a mostrar e registrar o conjunto de relações vivenciadas pelos grupos ao redor do horto de forma significativa, considerando a carga ideológica de cada indivíduo e buscando a captação da essência do objeto. Esta captação envolveu a compreensão pelos relatos descritivos da vida social, já que o essencial deve considerar o processo histórico que envolve o fenômeno.

Também foram realizados estudos bibliográficos sistemáticos a fim de caracterizar os conceitos fundamentais do domínio da memória, nas diversas conjunturas de abordagem epistemológica. Por fim, foi feito um estudo a respeito do processo de tombamento, em todas os seus detalhes e características, sem desconsiderar a experiência da consciência calcada na reminiscência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimamos que o presente estudo lastreado em memórias consolide o reconhecimento do Aqueduto do Horto Florestal como patrimônio histórico da Bahia, demonstrando que não está restrito a sua função original (abastecimento e distribuição de água dentro do campus), uma vez que desperta capacidade sensorial (sua percepção afetiva e valorização cultural), podendo, inclusive, constituir polo de atração turística.

Supõe-se que o sentimento de pertença da comunidade era mais evidente na época que a área do aqueduto formava o horto florestal do município, de modo que é importante resgatar o papel e valor histórico do bem através da apropriação (envolvimento afetivo) e da educação patrimonial.

Além disso, este trabalho objetiva servir de base para fundamentar a conversão do tombamento provisório do aqueduto em tombamento definitivo. Outros estudos complementares estão em adamento e serão importantes para somar esforços no reconhecimento do valor do Aqueduto nas dimensões social, histórica, econômica e cultural.

Palavras-chave: Aqueduto do Horto Florestal; Memórias; Patrimônio Histórico.

REFERÊNCIAS

ÁVILA-PIRES, Fernando de. **Princípios de Ecologia Humana**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1983.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

GALEFFI, Dante Augusto. **O que é Isto – A Fenomenologia de Husserl?** Feira de Santana: Ideação, n. 5, 2000, p. 13-36.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas-SP: Papirus, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et. al. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

Memória Sertão Aqueduto. Tv Caatinga. Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2018. Disponível em <<http://portais.univasf.edu.br/videos/tv-caatinga/memoria-sertao-aqueduto>>. Acesso em: 02 out. 2018.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um Guia Prático para Acompanhamento da Disciplina e Elaboração de Trabalhos Monográficos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. Projeto História: São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

_____, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 02 out. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRETO NO BRANCO. **O invisível Aqueduto da Capital da Irrigação**. Disponível em: <<http://pretonobranco.org/portal/2017/08/10/o-invisivel-aqueduto-da-capital-da-irrigacao/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação dos Bens Culturais: O Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SECULT. Ipac. **Tombamento e revitalização do Aqueduto da Uneb – Juazeiro/Bahia**. Processo nº 0607080016591, de 23 de maio de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.